

SESSÕES DO PLENÁRIO

25ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 19 de maio de 2016.

PRESIDENTE: DEPUTADO BIRA CORÔA (AD HOC)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Às 15h22min, invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial em homenagem ao Dia de África, proposta pelo então deputado Bira Corôa.

Convido, para compor a nossa Mesa: o Sr. Assessor Especial da Secretaria da Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia, Dr. Ailton Ferreira, que neste ato representa também o governo do Estado da Bahia; a ilustre palestrante, mestra em estudo de linguagem, educadora na área de relações étnico-raciais, Lindinalva Barbosa; Sr. Comandante da Companhia de Valéria, Major Elson, neste ato representando o Comandante Geral da Polícia Militar, coronel Ancelmo Brandão; a diretora da Unilab, campus do Malê, Matildes Ribeiro, ex-ministra de Promoção da Igualdade do governo Lula; Sr. Adido Cultural da Casa de Angola na Bahia, Camilo Afonso; diretor de Combate ao Racismo da UNE, Rodger Richer. (Palmas)

Ouviremos a execução do Hino da Bahia com o coral da Polícia Militar, sob a regência do maestro subtenente Josué da Paz.

(Apresentação do Hino da Bahia.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Farei uma breve abertura daqui desta mesma posição, até para não deixar a direção da Mesa. Concedendo a palavra ao proponente desta sessão, quero, antes de destacar a sessão, pontuar que esta é a 10ª edição da sessão especial de celebração do Dia de África nesta Casa, ação que se inicia em 2007, exatamente quando esta Casa passa a compreender a importância de utilizarmos um dia reconhecido pela ONU como um dia de reflexão, de debate, discussão e de afirmação do valor e da importância da África como continente e do povo africano para a civilização do mundo inteiro.

É sempre bom pontuar que ao longo dos tempos nós fomos condicionados, a partir do princípio da educação e da ação de estados, como o Estado brasileiro, dentre outros estados no mundo, ao processo de alienação e de isolamento da África e a não ter a concepção da África como continente e de suas contribuições dadas para a civilização do mundo. Basta dizer que em nossa própria história e na formação ao longo das nossas vidas não somos trabalhados para perceber e identificar a dimensão

da África na condução de continentes, muito menos de perceber a contribuição dada pela África em todas as linhas de conhecimentos vividas, hoje, pela humanidade.

A exemplo, quando falamos de Egito, nunca nos referimos ao Egito como África. E se trabalharmos o surgimento da humanidade e a concepção do saber do contexto dessa mesma humanidade, a compreensão da Matemática, da Arquitetura, da Medicina, entre outras linhas de conhecimento e de desenvolvimento técnico-científico, conseguimos perceber que a ciência nasce na África, que todas as linhas de desenvolvimento científico e de conhecimentos partem da concepção vivida pelo povo africano.

No que tange à maior identidade que a África apresenta, discutimos a questão da cultura. E isso porque no momento de domínio a cultura era um elo, também, de aprisionamento, porque éramos trabalhados na condição de preparar o entretenimento dos mesmos exploradores. Éramos os animadores de suas festas.

Graças ao poder e a compreensão do valor, da determinação e a resistência da luta vivida pelos nossos ancestrais preservamos valores e tivemos a capacidade de superar a tirania e a violência implementada até mesmo pelo segmento religioso de domínio. Aí, surge o sincretismo religioso como papel importante de autorresistência e sobrevivência. E a partir do sincretismo religioso as religiões de matrizes africanas conseguem sobreviver, atravessando séculos e se consolidando nos dias de hoje como a principal instituição de afirmação da nossa própria identidade, somada à capoeira como grandes manifestações.

Para não me alongar no que estou falando, é bom dizer, e também dando exemplos de organizações, que as resistências implementadas pelos quilombos demonstram um poder de controle, de domínio, de direção e formação de um exército em combate ou para o combate.

Assim também em organizações. Não se pode deixar de pontuar que ainda hoje a maior confraria feminina deste País, e até no mundo, na atualidade é a organização negra, ora estabelecida em Cachoeira, denominada Irmandade da Boa Morte, que surge, exatamente, como processo de resistência e de capacidade de organização para superar todo o processo de discriminação e construir um exército verdadeiro de libertação e de enfrentamento.

Assim, também nós poderíamos pontuar outras organizações. A Irmandade do Rosário dos Pretos, em Salvador, na Bahia, também reafirma isso. Poderíamos pegar outras experiências em outros estados, mas o tempo não nos permite pontuar tanto.

Só para chamar a atenção dessa juventude aqui, hoje, presente de que nós estamos presentes na nossa história, mas não estamos presentes na história que eles nos contaram. O dia de hoje é também um dia de recontar a nossa história, nos incluindo na condição de protagonistas dessa própria história. Nós fazemos parte da civilização e da sociedade brasileira, não na condição de objetos, não no trato que nos foi dado, a partir de um regime escravocrata que sequestrou os nossos ancestrais na Mãe África, que nos trouxe nos porões dos navios negreiros e que aqui, além de despatriados também fomos desfamiliarizados. E é o Candomblé que cumpre o papel de reorganização familiar a partir das senzalas, construindo o que, hoje, nós

chamamos de terreiros. Mas, a figura de pai e mãe de santo é exatamente a reconstrução da estrutura familiar, a partir da concepção dos nossos ancestrais africanos. Que bom que a gente pode estar pontuando isso.

Estou dizendo isso, porque nesse exato momento nós estamos vivendo uma turbulência política, com um processo de um golpe instalado no Brasil a partir da elite, que não se permite aceitar o processo evolutivo do mundo e a concepção do Brasil libertar as amarras, ainda presentes do regime escravocrata, da libertação dos regimes e domínios autoritários e da construção de uma sociedade mais livre, mais igualitária.

Eles não permitem aceitar a concepção de garotos oriundos da periferia, meninos e meninas, negros na sua grande maioria, índios, ciganos, entre outras etnias ou de origens de famílias pouco abastadas economicamente, mas de famílias tidas como periféricas, que eles intitularam até de minorias, filhos de trabalhadores comuns de chão de fábrica, de empregados ou empregadas domésticas, de motoristas, de policiais e professores adentrarem às universidades pelos processos de cotas, pelos processos de programas e projetos que reafirmam esse direito de cidadania, que é acesso à educação de qualidade no ensino público desse nosso país, desse nosso Estado. Sem dúvida nenhuma, essa mesma elite não se permite aceitar que a redistribuição da renda e da economia do país possa favorecer os setores que antes eram explorados.

Então, não alongando nesse contexto, quero dizer que também me preparei para que no dia de hoje, marcando também o ato de celebração do Dia de África nesta Casa, pudesse dizer que não falei de golpe, mas não poderia falar sem destacar que o Brasil está sofrendo um golpe, um golpe que não é a Dilma, como presidenta, como mulher, que não é um golpe a Lula, como ex-presidente ou como possível candidato numa próxima eleição, mas estamos falando de um golpe à democracia e à cidadania brasileira. Estamos falando de um golpe que tira e extrai direitos constitucionais do povo brasileiro, um golpe que restabelece no País a pior da sua composição política, econômica e dirigente. Porque esse golpe estabelecido pela elite, conduzido e alimentado por uma mídia e, sem dúvida nenhuma, financiado pelo capital internacional, e por que não dizer pelo capital ilícito também de gente no País e de fora do País. E digo isso, porque a composição desse governo transitório, do governo golpista, coloca na condição de Ministro da Justiça o advogado de uma das maiores organizações do crime organizado do Brasil, a maior do Brasil e uma das maiores do mundo, que é o PCC.

Sem dúvida alguma, um ministério constituído com ausência total da presença feminina; um ministério constituído por figuras que estão condenadas, indiciadas ou citadas em atos tidos como ilícitos no próprio País.

É essa mesma composição que estabelece, sob a condição de liminar, de portarias, a quebra dos direitos assegurados até na Constituição, como, por exemplo, quando das alterações dos ministérios, os 11 ministérios colocados para serem extintos são os mesmos que asseguram as políticas afirmativas e transformadoras da realidade socioeconômica do nosso povo.

É essa mesma composição que estabelece o fim do ensino público superior, porque quando estabelecem mensalidades na universidade pública federal dizem para o povo brasileiro que vão colocar de volta a exclusividade das universidades para seus filhos, que tirarão dos filhos do Brasil, dos filhos de brasileiros e brasileiras o direito de acesso às universidades.

Quando colocam entre as eliminações ministérios que discutem reforma agrária e departamentos responsáveis por essa condução, como o INCRA, estão reafirmando que as políticas de reforma agrária, de afirmação e reconhecimento das terras indígenas, das terras quilombolas, das terras dos povos e comunidades tradicionais não terão mais garantias ou afirmações. O resgate da ocupação imobiliária passa a imperar, sem dúvida alguma, sob o pretexto de desenvolvimento.

Consecutivamente, nós poderemos pontuar outras ações. Quando, na saúde, discutem a redução dos investimentos no SUS, a remodelagem que estão apresentando, quando anunciam o fim do SAMU, quando anunciam o fim da Farmácia Popular estão dizendo que saúde será privilégio de quem tiver o poder econômico para bancar. Estão extraíndo do direito de cidadania do povo brasileiro o acesso à saúde pública e de qualidade. Estão excluindo nós, negros, negras, índios, ciganos, brancos também que estejam na condição de baixa renda neste País, para não terem acesso à saúde pública, não terem acesso à saúde neste País.

Eu não vou alongar mais esse contexto, já que a temática é educação na década da afrodescendência. E nós iremos, também, respeitar e abrir para essa discussão. Mas é interessante chamar para a reflexão, e adentro por essa via exatamente porque hoje me sinto muito contemplado. Nas 10 edições que fizemos desta sessão, esta é a mais jovem em representação. E isso é, para mim, a maior das conquistas. (Palmas)

E não poderia deixar de pontuar para essa juventude que o que estamos vivendo, hoje, não é um fato de hoje, não é uma ação de um partido, especificamente, não é uma ação de governo, é uma ação de Estado. Estamos vivenciando, hoje, a reedição da nossa história. E é a tentativa, sob a ação de um golpe, de extrair de todos nós o direito de reconstruir a nossa própria história e de protagonizar essa mesma história.

Na idade de muitos dos que aqui estou vendo, eu vivia dentro de um processo do domínio do regime militar e dentro de uma concepção de Estado onde era proibido proibir e dentro de uma concepção de Estado onde os direitos não eram questionados, porque não tínhamos direitos. Vivíamos em uma concepção de Estado onde só tínhamos deveres e obrigações. Vivíamos em uma concepção de Estado na qual nos olhávamos como marginais e nos concebíamos como inconsequentes. Nós nos conduzíamos como inexpressivos.

E, exatamente, este momento de transformação resgata o direito à cidadania para nos assumirmos como negros e negras e, também, como nos autoafirmar como afrodescendentes.

Assim, estaremos propostos a debater, discutir e dialogar, com a sociedade e com as instâncias de poderes estabelecidos, os nossos deveres e, também, a concepção e a afirmação dos nossos direitos.

Por isso, hoje, digo sempre que, na idade de muitos dos que aqui estão, estávamos enfrentando, acreditando e sonhando na possibilidade de um novo tempo. Posso, até, afirmar que vivenciamos esse novo tempo. Na idade de muitos vocês, eu não acreditava no institucionalismo, pois achava que o Estado brasileiro foi montado para me neutralizar, para me isolar. Eu lutava contra esse Estado brasileiro dentro de uma concepção da necessidade de, até, ter um enfrentamento armado e dentro de uma concepção de que a transformação só viria pela luta.

Fico muito feliz porque não precisei, talvez, ser um instrumento dessa luta armada. Mas, sim, fui o instrumento de luta pelo diálogo, pelo Parlamento, pela representação e pelo debate.

Consequentemente, avançamos em muitos aspectos. Conquistamos muitas das nossas bandeiras históricas de luta. E, neste exato momento, não podemos perder de vista a necessidade de continuarmos lutando.

Agradeço, antes de mais nada, a presença da Polícia Militar, mais uma vez, em nossos eventos, pois este é um instrumento do Estado que, também, tem feito um esforço significativo para avançar neste processo de consolidação da democracia.

Um membro do Afro PM, hoje, pode nos representar. Vejam, há 15, 20 ou 30 anos, alguém poder assumir uma corporação militar, pertencente à religião do candomblé, era, também, sem dúvida nenhuma, uma vítima da discriminação no processo de consolidação da própria corporação do Estado.

Hoje, temos um membro Afro – Núcleo de Religiões de Matriz Africana da Polícia Militar da Bahia – como um instrumento de luta que tem contribuído com o processo de reeducação e de requalificação da própria Polícia Militar. Assim também, todos nós temos a obrigação e o dever, nos ambientes e nos locais de acessibilidade e de permanência, ser agentes desta transformação.

Aproveito o ensejo para convidar a fazer parte dos trabalhos da Mesa a Sr^a Lenirides Pereira dos Santos, representante da Casa do Benin na Bahia. (Muitas palmas.)

Quero, só para ilustração, dizer algumas palavras antes de os nossos palestrantes começarem a entrar no tema específico. Portanto, eu gostaria de relatar algo.

(Lê) “A data de 25 de maio comemora-se o ‘Dia de África’. Esta data foi instituída pela ONU, em 1972, para simbolizar a luta e o combate dos povos do continente africano pela sua independência e sua emancipação, o ‘Dia de África’ constitui a ocasião de medir os progressos realizados na África, avaliar as suas dificuldades e refletir sobre as enormes potencialidades do continente.

Em 2016, a CEPI – Comissão Especial de Promoção da Igualdade – desta Casa, a qual representamos, pretende abordar a Década Internacional de Afrodescendente (2015-2024). A comunidade internacional reconhece que os povos afrodescendentes representam um grupo distinto cujos direitos humanos precisam ser promovidos e protegidos. Cerca de 200 milhões de pessoas se autoidentificam como afrodescendente e vivem nas Américas. Muitos outros milhões vivem em outras

partes do mundo fora do continente africano.

É uma década dedicada aos povos de ascendência africana.

Em consonância com a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, os Estados devem adotar medidas destinadas a garantir a ativa, livre e significativa participação por todos os indivíduos, inclusive afrodescendentes, no desenvolvimento e na tomada de decisões a eles relacionadas e na justa distribuição dos benefícios delas resultantes.

A década tem, como uma das suas metas, a educação para a igualdade e a ampliação da conscientização tanto para os estudantes negros e não negros.

Consequentemente, este é o tema que nos aborda na celebração do dia de hoje.”

Apenas, peço desculpas a todos os presentes, em especial à Mesa, pois, em minha fala, não ressaltei as presenças das pessoas por uma questão de economia de tempo. Mas termino ao saudar toda a Mesa em nome de uma companheira que emprestou a sua vida e, também, o acúmulo dos seus conhecimentos, mesmo sendo por pouco tempo mas significativo tempo, e esteve à frente de uma das instituições mais marcantes da nossa luta que foi o Ministério de Promoção da Igualdade do governo Lula, em nome da ex-ministra e diretora Matilde da Unilab (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira). (Palmas)

Quero saudar todos e todas desta Mesa, especialmente aqueles em nome dos segmentos da África, sediadas em Salvador e na Bahia, das Casa de Angola e Casa do Benin.

Agradeço ao povo que nos deu origem pela nossa existência. (Muitas palmas)

(Não revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Vou pedir para Lindinalva de Paula fazer os registros de presenças, pois me emociono e acabo não fazendo-as.

Com a palavra a Srª Lindinalva de Paula.

A Srª LINDINALVA DE PAULA:- Boa-tarde a todos e a todas.

Vou registrar e, também, agradecer as presenças, em especial, de Marta Pinho, representante do Movimento de Mulheres do Subúrbio, a Instituição Ginga; de alunos e das alunas do Colégio Estadual Almirante Barroso; de Maria da Conceição do Ilê Axé Bâba Oké de Bom Jesus dos Pobres e integra, também, a Rede de Mulheres Negras do Estado da Bahia; ao Sr. Carlos Baiano, coordenador-geral da Central de Segmentos Populares da Bahia; ao Sr. Paulo Roberto, nosso querido Paulo dos negões, do Foro de Entidades Negras e do Conselho de Desenvolvimento das Comunidades Negras; a nossa querida Gabriela Pita, do Comitê Onilê da UFBA; Marcos Vinícius Santos, de Camaçari; Marcelo Santos, presidente do Movimento Tenho Fé, Sou de Candomblé, de Santo Antônio de Jesus; as alunas do serviço social da Unifacs; Polícia Militar da Bahia, muito obrigada; Drª Cleia Costa dos Santos, Procuradora do Estado e, também, aqui integra o Conselho das Comunidades Negras do Estado da Bahia; a nossa Procuradora também, a Srª Cláudia Maria Moura, do

Conselho Estadual de Educação; Jandilene Nascimento, Secretária Especial de Reparação da Uneb; as alunas e alunos da Faculdade de Educação, nosso agradecimento especial. (Palmas)

(Não revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Nesse momento assistiremos a apresentação cultural do Coral da Polícia Militar, sob a regência do maestro, Subtenente, Josué da Paz.

(Apresentação do Coral.)

(Procede-se à apresentação musical e do coral.) (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Agradecemos ao Coral da Polícia Militar. Quero dizer que antecipamos a apresentação cultural do coral, porque eles assumirão compromissos ainda hoje. Peço desculpas, pois, no roteiro, vocês encerrariam com este ato belíssimo. (Pausa)

Bem, teremos, ainda, mais um presente. Afirmo que o coral fará mais uma apresentação após a fala da próxima oradora. Quero agradecer, mais uma vez, a cumplicidade que a Polícia Militar tem tido nos atos desta Casa.

Com a palavra Lindinalva Barbosa.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Neste momento, eu convido a Sr^a Lindinalva Barbosa para fazer o uso da palavra, a fim de nos prestigiar com uma palestra sobre o tema “Educação na Década Afrodescendente”.

A Sr^a LINDINALVA BARBOSA:- Boa-tarde a todas as pessoas que estão aqui.

Bem, em primeiro lugar, eu gostaria de saudar a ancestralidade, pois, sem a permissão da mesma, eu não poderia estar aqui. Peço licença a vocês para dizer que nenhum de nós poderia estar aqui seguindo a crença que eu professo e que tem uma ligação intrínseca com uma herança africana à qual eu pertenço com muito orgulho. Eu entendo e compreendo que nós só fazemos o que a ancestralidade permite. Então, quero, inicialmente, pedir licença a essa ancestralidade para falar e para dizer algumas palavras aqui.

Quero, também, saudar os Orixás, em especial, o dono do dia a quem chamo carinhosamente Senhor Oxóssi – ele é o caçador de uma única flecha –, a quem eu rogo para que ele possa caçar para todos nós deste País e do mundo, em especial, aos filhos da África e aos seus descendentes dispersados pelo mundo. O meu pedido é que ele possa caçar, com a sua única flecha, a justiça e as vitórias para todos nós.

Eu gostaria de pedir, também, a todos os inquices, voduns, caboclos e encantados que, neste momento sombrio da história do povo brasileiro, a quem o deputado já fez uma referência na fala dele, que ele nos fortaleça e nos anime a continuar a luta pela liberdade, pois esta liberdade, sempre, foi algo que nós defendemos com a vida, com o suor, com a luta. E é isso o que a gente busca conquistar todos os dias até hoje na África e na diáspora e, em especial, nesta

diáspora chamada Brasil.

Pedimos para que eles estejam ao nosso lado neste momento que se apresenta à nossa frente, pois vamos precisar muito da força de todos eles para continuar lutando e para continuar garantindo a nossa vida e uma vida boa que é o que todos os seres humanos buscam, qual seja, ter uma vida boa.

Quero saudar a Mesa ao tempo em que agradeço o convite para fazer uma fala aqui sobre educação. Aproveito para pedir desculpas a vocês, porque o deputado falou que era uma conferência. Logo, eu não me preparei, exatamente, para uma conferência. Quero fazer uma conversa panorâmica, pois quero apresentar alguns pontos da nossa história para que a gente não se esqueça dela.

Uma das estratégias que as culturas africanas, de um modo geral, utilizam para sua preservação é a repetição. A gente repete muito. A gente conversa muito. A gente fala muito em todos os lugares. A gente utiliza da nossa capacidade de oralidade para que a gente memorize e não esqueça.

Em se tratando do tema educação, penso que é muito apropriado a gente utilizar todos os espaços e todas as oportunidades para rememorar; até porque, no caso específico do nosso País, a memória é algo, extremamente, deficitária, sobretudo nas histórias daqueles povos que construíram este País. Os povos, que trabalharam duro, foram escravizados e foram oprimidos para construir e manter este País em pé.

Então, neste sentido, gostaria muito de saudar a Mesa. Agradeço o convite ao deputado Bira Corôa e à Casa. Gostaria de saudar a Mesa na pessoa da nossa querida professora, doutora e companheira de luta no Movimento Negro e no Movimento de Mulheres Negras, Matilde Ribeiro, a professora e a atual diretora da Unilab (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira) que, hoje, está dirigindo o Campus dos Malês, que tem um nome bonito e apropriado. Esta é uma universidade que tem nos aproximado, pelo menos do ponto de vista acadêmico, da África e dos africanos.

Eu gostaria, também, de fazer a minha saudação especial aos nossos representantes africanos da Casa de Angola, o professor Camilo; e da Casa do Benin, a querida Lenildes dos Santos, como representantes aqui do nosso vínculo.

Um vínculo que deve sempre nos orgulhar, um vínculo que deve sempre nos estimular a voltar os nossos olhos, os nossos corações e nossos pensamentos para o continente africano que é de onde recebemos todo esse patrimônio riquíssimo afro civilizatório e que, infelizmente, o Brasil como um todo ainda precisa se apropriar desse patrimônio como seu.

Porque a África e seus descendentes nos legaram muita história de luta, de força, de sabedoria, de conhecimento, de inteligência, de beleza, e que a gente ainda precisa, realmente, segurar como nosso e nos valer desse patrimônio para a gente se constituir num País forte, num País de riquezas, num País que tem, que não deve nada a ninguém e que tem uma dignidade que precisa ser colocada, realmente, de pé. Nesse momento a gente precisa muito disso.

Também gostaria de saudar o plenário que, inclusive, me deixa muito feliz por

ser um plenário composto de muitos jovens.

Lembro que há alguns anos, não lembro exatamente em que ano foi, talvez 2008 ou 2009, estive aqui em uma sessão especial, na verdade foi um título de cidadania baiana dada ao mestre Abdias Nascimento, um grande Griô nosso, um grande militante das lutas antirracistas, anticolonialistas, um panafricanista.

Enfim, um ícone, um dos heróis nacionais, na minha opinião, dessa luta que a gente empreende a mais de 500 anos nesse País e no mundo.

Abdias recebeu aqui, nesse plenário, o Título de Cidadão Baiano e eu estava presente, foi uma mesa muito bonita, onde estava a ex-ministra da Seppir, Luiza Bairros, e ativista do Movimento de Mulheres Negras, a Ialorixá Maristela Azevedo, e naquele momento também percebi e tive a oportunidade de registrar num texto que fiz a presença muito grande de jovens, como hoje temos aqui. Estudantes, alguns com fardas da escola pública.

Infelizmente tive poucas oportunidades de estar nesse lugar, aqui nesse espaço, nesse plenário da Assembleia Legislativa, acho que essa é a segunda vez ou a terceira, e naquele momento fiquei muito impressionada e feliz, hoje também estou feliz.

Então, gostaria de saudar a todos vocês, todas vocês, que estão aí, na figura de um jovem que conheço há muito tempo e que agora já é um profissional, está aqui presente, que é Nonato Santos. Ele foi meu aluno no Seafro que é uma experiência de educação para as relações étnico-raciais e de gênero.

Minha mãe que abençoe, a benção.

Nós estamos trocando benções porque também nos encontramos em outros espaços de identidade, que é o espaço religioso onde talvez seja o primeiro espaço de educação de um ponto de vista, que a gente está tratando aqui, de um povo que apesar de ter sido escravizado, apesar de estar sendo submetido ao longo dos séculos a uma situação de opressão, de negação da sua humanidade, apesar de tudo isso esse povo pode constituir espaços civilizatórios, pode constituir um arcabouço de conhecimentos e de epistemologias que servem para qualquer pessoa em qualquer lugar do mundo.

Afirmo isso sem medo de errar, porque além de vivenciar e experienciar, outros e outras antes de mim experienciaram e vivenciaram, inclusive registraram a nível teórico e epistemológico, o que os espaços de terreiros conseguiram guardar e salvaguardar para nós todos, lições, aprendizados e pedagogias que se um dia a gente conseguir derrotar o racismo, se um dia a gente conseguir derrotar o neocolonialismo, se um dia a gente conseguir derrotar o ódio, se um dia a gente conseguir derrotar as violências que nos são impetradas, acho que vamos lutar, porque teremos muito conhecimento para socializar, do ponto de vista muito mais humano e diverso.

Então, em nome de Nonato Santos – que foi meu aluno, é uma pessoa que continua na luta e que sempre foi um exemplo, para nós, de juventude ativa e responsável, no que diz respeito a assumir a luta –, saúdo todos que estão enchendo este plenário de esperança. Temos esperança de que continuem junto conosco, os mais velhos, porque é assim que fazemos no modo de vida africano. Vamos juntos com os

mais velhos. As hierarquias são diferenciadas nesse sentido: não somos inferiores. O mais velho tem uma sabedoria maior, mas essa sabedoria só faz sentido se puder ser repartida com o mais novo, se puder interagir com a força e a vitalidade do mais novo, construindo algo que ficará para o futuro.

O princípio de uma das tradições africanas chamado Sankofa, do qual somos legatários, nos ensina que é preciso fazer coisas boas e positivas hoje, respeitando o que fizeram por nós no passado e prevendo o que será feito no futuro pelos que virão. Esse é um princípio de educação.

Então, nesse sentido é que agradeço e saúdo todos os presentes.

A minha fala é no sentido de trazer a rememoração para relembrarmos o que foi feito. Existe uma perversidade que o racismo nos impetra, com a herança da escravidão e do colonialismo, que é a de apagar, silenciar toda memória de um povo que, em nenhum momento, aceitou a escravidão de braços abertos ou de forma passiva.

No meu tempo de escola, aprendíamos que os negros foram escravizados e que a função quase que natural do negro africano era de escravo, como se tivessem vindo escravos. Quem colocou a situação de escravização, de negros escravizados fomos nós, do Movimento Social Negro. E graças a muita luta, conseguimos reverter esse processo de “desensino”, de “despedagogização” para a liberdade, porque esse processo de escravização e racismo se matem.

Temos muitos desafios ainda, no que diz respeito à alteração da situação da educação e da história do povo negro e indígena no nosso País.

Eu vou falar um pouco do panorama, tentando lembrar e repetir – digo repetir porque alguns de nós já tiveram contato, acesso ao que vou falar –, para que tenhamos a dimensão da nossa responsabilidade enquanto educadores, mesmo que não sejamos educadores do ponto de vista formal – mas o somos, na medida em que estamos o tempo inteiro em contato e interação com o outro. Esse outro deve ser prioritariamente nossos irmãos negros e negras, mas que não deve se limitar a isso, porque o Brasil, como um todo, de negros, negras, não negros e não negras, precisa conhecer e se apropriar dessa história.

Educação sempre foi, reconhecidamente, uma das vias prioritárias em todos os projetos de libertação pensados e praticados pelos nossos antepassados negros no Brasil, assim como em outros cantos da diáspora negra, em países como os Estados Unidos, países da América do Sul, do Caribe, onde teve uma presença grande de negros e negras escravizados.

Está nos boletins dos revolucionários da Revolta dos Búzios – ou das Argolinhas ou mesmo da Conjuração Baiana ou da Inconfidência Baiana, como registram os livros de história ainda – que nós conseguimos institucionalizar como uma ação do povo negro, em 1798. Ação extremamente revolucionária e extremamente potente do ponto de vista do pensar. Porque o que os revoltosos de Búzios projetaram era algo que previa a libertação de todo o Brasil de Portugal, algo que previa a libertação de todos os escravizados e escravizadas.

Foi algo muito grande e anterior à Revolta dos Malês e era feita por homens e mulheres do povo, homens e mulheres negros e negras, em sua maioria trabalhadores populares, alfaiates, costureiros. Muitos deles ligados ao militarismo. Os quatro líderes negros – Lucas Dantas, Manuel Faustino, Luís Gonzaga das Virgens e João de Deus – estão institucionalmente registrados no Livro dos Heróis da Pátria.

Isso é algo muito importante para nós, porque foram quatro homens negros e jovens – em todas as oportunidades eu gosto sempre de assinalar isso –, parece-me que o mais velho tinha 24 ou 25 anos. Esse é um dado importante. Porque precisamos repensar – tem jovem representado aí na mesa que falará sobre isso – esse conceito da juventude como algo que está sempre a chegar, a produzir, a dar frutos. Podemos refletir sobre esse papel da juventude, aproveitando esse momento de celebração sobre o Dia da África.

O deputado estava falando um pouco sobre a experiência dele, enquanto jovem revolucionário, nas décadas de 60/70, e muitos de nós, nesse período, éramos muito jovens e estávamos em luta, como vocês também estão. Mas em luta muitas vezes dando a vida, como esses quatro homens. Infelizmente a história não registra muito, mas sabemos que houve mulheres também que participaram desse processo da Revolta dos Búzios. E esses quatro jovens deram a vida. As cabeças deles literalmente rolaram em nome da liberdade e da dignidade de um povo livre, negro ou não, porque queriam, em princípio, a liberdade do Brasil.

E uma coisa interessante que acho nessa experiência da Revolta dos Búzios é que eles utilizaram um mecanismo que para o período era quase que inconcebível. Porque em 1798, século XVIII, durante todo o processo de escravidão, dos mais de 300 anos, a quantidade de negros e negras que tinha acesso à escrita era muito pequena, extremamente irrisória. Chega-se a estimar que, de mil negros escravizados, apenas um conseguia ter acesso à escrita.

O ponto alto da Revolta dos Búzios foi justamente o lançamento de boletins sediciosos. Ou seja, eles conseguiram escrever chamamento à população para revolução e conseguiram espalhar na madrugada esses boletins, esses textos escritos, por toda a cidade. E nesses textos eles colocavam, justamente, todas as pautas de reivindicação, em que a primeira era a liberdade, e dentre as pautas tinha uma que era o seguinte: acesso à educação, sem distinção de cor. Estou atualizando o texto pois não é exatamente assim que está, mas era isso que um dos pontos dizia.

Estou falando isso para mostrar que educação sempre foi ponto de pauta prioritário do povo negro neste País, desde que pisaram aqui escravizados. Sempre houve luta de todos os tipos e todas as formas: lutas armadas, lutas silenciosas, fugas, ataques frontais e também organizações de lutas, como foi a Revolta dos Malês, e luta por educação, luta por saúde, luta por terra. A experiência dos quilombos nos traz isso.

É preciso repetirmos essas coisas. É preciso que nós, jovens, que estamos aqui – eu digo jovem porque me sinto jovem também –, não percamos de vista a necessidade de irmos atrás dessas histórias. De irmos atrás, de não nos conformarmos com a história que nos contam e que, na maioria das vezes, é a história de quem

venceu e de quem quer permanecer com os privilégios dessa vitória. Digo vitória entre aspas, porque se nós estamos aqui vivos hoje, sendo 50% dessa população, significa que nós, em certa medida ou talvez em muita medida, também vencemos. E vamos continuar vencendo, é o que acredito.

Essa educação tem a ver com uma luta e resistência que se empreenderam ao sistema de dominação colonial escravista. Como eu falei, temos lutado de várias formas. Seguindo esse exemplo que estou dando sobre como a educação sempre foi um ponto de pauta importante e prioritário, eu trouxe um livro. Eu poderia ter trazido qualquer um ou vários. Gosto de aproveitar esses momentos que falamos sobre educação para dizer que, como sempre estou trabalhando com educadores, com formação de professores, às vezes eles dizem: “ah, mas não temos material!” e isso não cabe, não existe. A professora Matilde está aqui, e foi interessante a coincidência. Escolhi, dentre muitos livros que eu tinha, um para trazer e mostrar a vocês como um exemplo ou uma ilustração do que estou falando, dessa produção, desse catado que temos feito no movimento social negro, de todas essas histórias, de todas essas lutas, de todas essas produções, de trazer nomes, biografias de homens e mulheres negros e negras, que vêm, há mais de 300 anos, lutando pela dignidade do nosso povo, pela liberdade, para garantir que tenhamos terra, para garantir que tenhamos escola hoje. Então, é uma luta muito antiga, feita por homens, por mulheres há muitos séculos. E essa história foi toda negada. Ela tem sido toda negada, toda apartada de nós.

Existe uma consciência de que um povo que tem o cantor Lazzo Matumbi, que recentemente, no show de inauguração da Concha, que foi bem divulgado nas redes sociais, falou que um povo sem cultura é um povo sem identidade. Eu diria que um povo que não conhece a sua cultura tem mais dificuldade em se orgulhar das suas identidades. Por quê? Isso foi proposital, faz parte do projeto escravista, neocolonialista, racista, de nos apartar, de nos afastar, de nos negar uma história de referência positiva. Mas nós a temos.

Então, eu trouxe esse livro, “Cadernos Negros – Três Décadas”, que é uma síntese, uma organização que faz uma homenagem à experiência do Quilombo hoje, que é uma organização que surge na década de 70, em São Paulo, para escrever. Essa organização revela, traz escritores e escritoras que fazem poemas, contos, romances e outros textos também, os quais se organizam para escrever e publicar os seus escritos. Então, quando eles, em 2008, se eu não me engano, completaram 30 anos do Cadernos Negros, foi feita essa organização. No livro há alguns poetas, escritores e escritoras falando dos seus poemas e também alguns textos de apresentação teórica sobre a literatura negra.

Foi uma coincidência boa, porque... Eu não lembrava – vou confessar –, mas, conversando com Matilde, esse documento... Sugiro que vocês procurem nas bibliotecas. Se eu não me engano, ele já deve estar digitalizado, mas, se não tiver, vocês podem procurar nas bibliotecas. Na Biblioteca do CEAO tem, as bibliotecas públicas devem ter. Uma coincidência é que esse livro foi produzido, a sua editoração foi disponibilizada, ele foi um produto da gestão da professora Matilde Ribeiro, a primeira-ministra da Seppir, da extinta Seppir – não sei nem como estão as condições,

ou se ela foi extinta. A essa altura já deve ter sido extinta, porque já tinha sido, na verdade, ajustada. Contudo, a Seppir foi muito importante.

Lembro que eu tive a oportunidade, naquele momento, de participar da posse da ministra, em 2003, em Brasília. Esse foi um marco muito importante para nós, no contexto desse governo, que foi um governo – não podemos negar – eleito e colocado por nós, trabalhadores e trabalhadoras, por nós, povo brasileiro. Naquele momento, foi muito importante. A Seppir surgiu como um marco importante, no sentido das políticas que seriam destinadas ao povo negro brasileiro. Esse livro foi um desses produtos.

Aproveitamos, aqui, para agradecer à professora Matilde e para dizer que precisamos fazer muito mais coisas como essa, porque temos uma rica oralidade, sim, mas também precisamos inscrever e escrever sobre a nossa história.

Quero dizer que esse livro traz a história da escrava Esperança, do Piauí, que conseguiu escrever uma carta – ela era alfabetizada – para as autoridades do período, em 1770, ou seja, alguns anos antes da própria Revolta dos Búzios. Ela escreveu uma carta para as autoridades do período, fazendo uma denúncia, pedindo para que eles intercedessem para que ela fosse transferida do lugar onde ela estava, porque ela e as suas companheiras estavam sofrendo muitos maus tratos, bem como porque estava afastada da família. Então, ela escreveu essa carta. Esse texto fala sobre isso – ele está aqui nesse livro – como uma forma de... Depois eu posso circular o texto que está na página 95 do livro, para que vocês vejam e leiam.

Eu trouxe isso como uma ilustração de como esse capital, digamos assim, que é do acesso à escrita, é importante e sempre foi identificado pelo nosso povo como importante. Ele não é superior à oralidade, mas ele também é importante, principalmente num contexto novo, num contexto onde ele tem valor. A escrita tem valor! Por isso, fomos tanto apartados da educação! Por isso, no dia 14 de maio de 1888, fomos jogados nas ruas e não foi destinado para a gente nenhum projeto que incluísse educação, saúde, terra e trabalho.

É muito bom que a gente tenha conhecimento disso, ou seja, de que os nossos antepassados foram escravizados e estavam em situação extremamente vulnerável, mas, ainda assim, lutaram. Esse é apenas um exemplo, mas temos muitos outros. A própria Revolta dos Malês, em 1835, pôde ser organizada, em muita medida, pela capacidade que muitos negros e negras, escravizados e libertos, islamizados, tinham de se comunicar através da leitura e da escrita.

Não sei como está o meu tempo, mas, dando continuidade, podemos dar muitos outros exemplos – na nossa história negra de enfrentamento, de luta, de resistência – dessa relação com a educação como um patrimônio importante e valioso pelo qual deveríamos lutar.

Quando chegamos ao início do século XX, temos várias páginas de mulheres e homens negros. Alguns deles não sabiam ler e escrever, não tinham letramento, mas entendiam o letramento, a educação, em suma, como algo importante, valioso. Temos as experiências da Frente Negra Brasileira, no início do século XX, e do Teatro Experimental do Negro, um pouco mais adiante, em meados do século XX, como

organizações negras políticas e artísticas. Como é o caso do mencionado Teatro Experimental do Negro, que teve Abdias do Nascimento como uma das grandes lideranças, assim como Ruth de Souza e Léa Garcia, artistas conhecidas nossas que estão vivas ainda.

As experiências dessas organizações que trabalhavam politicamente estão aí para que a gente se aproprie delas. Elas faziam uma atividade política, mas, aliado a isso, também promoviam cursos de alfabetizam e espaços de produção de literatura. Elas tinham jornais, a exemplo do Jornal Quilombo, que foi fundamental para a luta do Teatro Experimental do Negro e para todas as organizações que vieram depois.

Mais contemporaneamente, temos o papel fundamental dos terreiros de candomblé e dos blocos afros, que são lugares que cedem as suas quadras e os seus salões de terreiro para funcionarem como escolas. Temos a experiência do Afonjá com a Escola Eugênia Anna, que é inspirada na presença de Eugênia Anna dos Santos, a Mãe Aninha Obá Biyi, que foi fundadora Ilê Axé Opô Afonjá.

Mãe Aninha também foi uma mulher que lutou. Ela, como liderança que era, foi até o Rio de Janeiro, na década de 30, para discutir e conseguir convencer Getúlio Vargas de que o candomblé deveria deixar de ser criminalizado, perseguido. Ela também cunhou uma expressão que, ultimamente, nos apropriamos muito. Ela disse que queria “todos os filhos de anéis nos dedos, aos pés de Xangô”. O que ela dizia com essa mensagem? Como a gente interpreta essa mensagem? Ela queria que as pessoas pobres, negras – de candomblé ou não – não perdessem de vista, não perdessem a perspectiva da sua história, dos seus ancestrais, mas que lutassem e batalhassem por educação.

Então, todas essas experiências, como a da Escola do Ilê Aiyê, a do Ceafro, que foi uma experiência mais da década de 90 para promoção da educação para as relações étnico-raciais, foram todas positivas e importantes. Elas serviram de lastro para a gente construir uma proposta de legislação, a Lei nº 10.639, que foi aprovada em 2003, para que a gente conseguisse “finalmente” – entre aspas – implementar, institucionalizar a história do negro, a história dos africanos e dos seus descendentes na educação deste País.

Conseguimos institucionalizar. Depois ela foi acrescida ou revista pela Lei nº 11.645, que também inclui a história indígena. Mas ainda temos muitos desafios, porque a implementação, de fato, ainda está muito longe, infelizmente, de ser o que precisamos e queremos.

Então, nesse sentido, eu acho que iniciativas como essa da ONU de reconhecer e pautar esse período de dez anos como a Década Internacional dos Afrodescendentes na qual a educação é um dos pontos prioritários que compromete os estados e a sociedade com uma política de educação decente, uma política de educação que realmente nos coloque no lugar devido, em nível do que esta sociedade, este País e essa história nos deve – a dignidade, que é o acesso aos bens, o acesso à educação de qualidade em que sejamos representados e vejamos representados, eu acho que é uma iniciativa importante.

No entanto, as leis, os textos e o próprio programa da ONU, da Década dos

Afrodescendentes, precisam de nós, eles precisam da nossa disposição política, do nosso movimento, no sentido de realmente mudar este País – não quero usar a palavra transformar agora, neste momento –, mudar, alterar a correlação de forças neste País, neste mundo, porque a questão do racismo, infelizmente, está viva no mundo inteiro. Temos visto todos os dias exemplos de racismo, de xenofobia, enfim, dos conflitos étnicos. Então, temos uma tarefa muito grande.

Neste sentido, acho que isso não foi uma palestra exatamente, mas acho que é muito mais. Aproveito o espaço que me foi generosamente concedido para solicitar, pedir mesmo a vocês, sobretudo aos jovens que estão aqui, que a gente se anime, que busquemos inspiração... Eu teria mais coisa para falar e mais pessoas para citar, mas que busquemos inspiração, que conheçamos os nossos mortos, mas os nossos mortos ilustres. Na religião do candomblé, do ponto de vista iorubá – eu vou falar por esse, que é o que conheço mais e a que sou afiliada – a gente costuma dizer que uma pessoa quando morre, ela não morre se, de fato, enquanto viva esteve, fez coisas importantes pela sua comunidade. Então, quando elas morrem se tornam bem lembradas, tornam-se pessoas que vão continuar, no plano em que estão, cuidando e inspirando a sua comunidade para seguir em luta e vencer.

Então, neste sentido, eu peço que vocês, sobretudo os jovens – isso não quer dizer que os mais velhos não estejam também convocados, estamos todos convocados – apropriem-se dessas histórias desses mortos ilustres, dessa ancestralidade que lutou, que deu sua vida por nós, para que continuemos lutando. E a educação, gente, como foi visto por eles lá no passado, é um veio, uma via extremamente importante e cara para nós. Então, que a gente defenda.

Meu tempo está esgotado. Eu gostaria de, mais uma vez, saudar a ancestralidade e mais uma vez dizer que quero pedir a todos os antepassados e todas as antepassadas, inquices, orixás, voduns, caboclos e encantados, e aos vivos também, porque os vivos são os que estão com a capacidade neste momento de ser visto e de andar sobre esta terra, que eles todos nos fortaleçam e nos animem a continuar a luta por liberdade, que sempre foi uma bandeira que defendemos e não nos cansamos de buscar.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Nós, é que agradecemos.

Neste exato momento, mais uma vez, convidamos para ouvir mais uma peça da nossa cultura e consequentemente da riquíssima música, executada pelo Coral da Polícia Militar. Enquanto ele se organiza, quero também registrar a presença do Sr. Evilásio Bolsas, representante do Nafro-PM e seu fundador; da Sr^a Cristina Rodrigues, assessora do mandato da deputada Fabíola Mansur; da deputada Fátima Nunes, a qual quero externar aqui os nossos sinceros agradecimentos e dizer sempre que a presença de Fátima é um marco dos eventos desta Casa, e não poderia ser diferente no dia de hoje. Obrigado, deputada, sei das dificuldades da senhora está no

dia de hoje aqui. Mas agradeço muito a sua presença.

(Apresentação do Coral da Polícia Militar, sob a regência do maestro subtenente Josué da Paz).

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Convido a todos ficar de pé porque é um hino. (Palmas)

Mais uma vez agradecemos ao Coral da Polícia Militar pela contribuição dada e aproveitamos também para registrar ainda as presenças da Prof.^a Lucidalva Machado, professora do Colégio Estadual Almirante Barroso. (Palmas) Registro também a presença da ialorixá Mãe Lia, como assim é conhecida em Camaçari, do Ilê Axé Tobomin, de Areias, Camaçari-Bahia; da suplente de vereador do município de Camaçari, Prof.^a Cleonice Campos, ex-subsecretária do município, da Sedur, do município de Camaçari; Edvânio Cardoso de Oliveira, gerente do saneamento básico do município de Camaçari, Secretaria de Ordem Pública; Marly Brito, Coordenadora de Sustentabilidade do município de Camaçari, também da Seop; Marcelo Matos, Coordenador da Secretaria de Ordem Pública do município de Camaçari.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Nesse momento convidamos para fazer uso da palavra com uma saudação, e vamos estabelecer 5 minutos, até para conseguirmos cumprir o tempo em que todos possam utilizar da fala.

Vou quebrar um pouco a sequência, seria a Professora Matilde, da Educação, mas convido nesse momento Lenildes Pereira dos Santos, representante da Casa do Benin, em Salvador, para uma breve saudação, Leni. (Palmas)

A Sr^a LENILDES PEREIRA DOS SANTOS:- Boa-tarde para todos e para todas. Fui tomada de surpresa, eu não esperava falar. Mas, o que eu tenho a dizer é que sempre fiz parte do movimento negro, comecei a fazer parte com 15 anos de idade e nunca entendia o porquê de tanta discriminação, desde quando nós vivemos num país, vivemos num Estado em que a maioria das pessoas são negras, e que tudo o que nós fazemos, tudo o que nós temos aqui foi trazido pelos negros. E por que tanta discriminação, por que tanto abandono e tanto desprezo pela nossa cultura?

E agora aproveito vocês, jovens que estão aqui, para dizer: lutem, não deixem que essa nossa cultura se acabe, porque nós já ouvimos aqui que um povo sem cultura é um povo sem memória, ou o inverso, um povo sem memória é um povo sem cultura. Então, não vamos deixar que isso se acabe.

Eu fico analisando o seguinte. A Casa do Benin é uma Casa muito bonita. Se vocês compreenderem e entenderem a Casa do Benin, vocês vão ver o quanto é linda, o quanto é bonita a nossa cultura. E está aqui abeto o convite a vocês para que vão visitar a Casa do Benin, porque vocês vão entender e vão passar a dar valor muito mais ainda. Não deixem essa nossa cultura morrer e não deixem de nos valorizar.

É tão bonito agora nós vermos os jovens se assumindo, eu sou negro, eu tenho o meu cabelo crespo, é assim que eu sou e é assim que eu quero ser visto. Então, vamos segurar e dar continuidade, mas com consciência e não com modismo, mas consciência, entendendo, realmente, quem somos nós.

Obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Concedo a palavra nesse momento ao Adido cultural da Embaixada de Angola na Bahia, Professor Camilo Afonso.

O Sr. CAMILO AFONSO:- Deputado Bira Corôa, por seu intermédio quero saudar a presidência, saudar todos os convidados e, fundamentalmente, os jovens estudantes. A temática é educação. Vou ser breve, porque eu gostaria de tê-los na Casa de Angola. É sofredor, mas eu já o disse aqui e quero repetir. A casa da Angola está aqui pelas razões que já foram ditas pela professora Lindinalva, pela minha colega da Casa de Benin. Essas 2 casas, ou 3, com a da Nigéria, não estão aqui por mero acaso. É por causa de um passado histórico que nos une.

Há uma Casa do Brasil, que foi inaugurada no passado setembro, eu estive lá, uma casa linda com 180 lugares, maior do que a Casa de Angola, aqui. Esta casa ou essas 2 casas fazem a ponte e tenho repetido. Nós, em África, temos um adágio, que na casa dos sobrinhos, o tio deve marcar a presença. Quem é o tio? O irmão da mãe para que os sobrinhos não se esqueçam de que têm o pai social.

Nós estamos aqui, precisamente, para estarmos juntos dos nossos filhos, cujo sangue veio de lá. Nós começamos a chegar aqui no século XVI, até a segunda metade do século XIX. Então, a história ainda é recente. Eu digo, todos os dias, fala-se de quicongo, de quimbundu que, na parte norte e nordeste, são as línguas de Angola.

Mas, eu fico triste quando recebo escolas e pergunto: “De onde veio o homem branco?”. “Veio da Europa.” “De onde vem o asiático?”. “Da Ásia”. “E a africano”. “Oh!”.

A gente nota que até em casa os pais não têm coragem de dizer: “Meu filho, essa tua linda cor veio lá da África”. Como é possível isso? A Casa da Angola tem museu, tem biblioteca, tem para cima de 7 mil obras escritas por todo lado, desde a África, Europa, América. Aqui no Brasil temos colecionados ali, para que possam confrontar esses saberes. Eu fico feliz, deputado Bira Corôa, que o pouco tempo que estou aqui, já começam a aparecer teses de mestrado e de doutoramento. A primeira foi no dia 8 de janeiro deste ano, Dia Nacional da Cultura em Angola, que a Janice defendeu na Casa de Angola, porque a Uneb entende que esta é a aproximação do afrodescendente estar próximo daquela Casa. Eu próprio, no dia 22, defendi a minha tese de doutoramento lá na Casa da Angola. Eu contava com menos gente e recebi perto de 200 pessoas.

Então, o que fazem os afrodescendentes? O que fazem os professores que estão a ensinar esta nova geração? É triste não encontrarmos o mapa da África nos manuais escolares e nas escolas. Eu, quando apresento o mapa da África na Casa da Angola: “É mesmo, este é o mapa da África?”. Como é que vão conhecer a vossa história? Como vão defendê-la? O movimento do pan-africanismo nasceu nas Américas para chegar à África, e da África transformar-se no reboiço que foi e com a libertação do

continente.

Houve muitos problemas internos no continente africano. A África chegou ao dia em que estamos a comemorar, dividida entre os moderados e os chamados duros. Aqueles que diziam: “Libertação total para o continente africano”. Graças a Deus conseguiram vencer aqueles que diziam: “Libertação total para o continente africano”.

Por isso, estivemos no dia 25 de maio de 1963, na hoje, União Africana. Eu estive no 1º Siado, no Senegal, em Dakar, quando se proclamou que a diáspora africana é a sexta região do continente africano. O Brasil contribuiu com 8 volumes. Nós, de Angola, no ano passado, apresentamos já o esqueleto do nono volume. O que vai trazer esse nono volume? Vai trazer a situação do apartheid na África do Sul, e a situação dos afrodescendentes. Angola está patrocinando esse nono volume.

Por isso, eu quero apelar a todos os estudantes: façam da Casa do Benin, da Nigéria, da Angola os vossos espaços de pesquisa, espaços para poderem discutir os vossos assuntos. Estamos a passar a mensagem. Estive na guerra, estive na frente da educação, sei o que é a guerra. Sei o que é lutar para hoje termos as universidades que temos em Angola. Nunca tivemos universidades por lá, conseguimos depois da independência. Por isso que é Universidade Agostinho Neto. Hoje são 9 regiões académicas para servir à juventude.

Por isso acordem, porque a luta ainda continua.

Obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Concedo a palavra neste momento ao representante da juventude, nesta tarde de hoje, Rodger Richer.

Deputada Fátima Nunes, na hora em que a senhora queira utilizar a palavra tem toda a preferência.

O Sr. RODGER RICHER:- Boa-tarde a todos e todas.

Primeiro, agradeço ao convite do deputado estadual Bira Corôa. Para mim é uma grande honra participar deste espaço, neste dia de celebração do Dia da África, sobretudo neste momento político pelo qual o nosso País passa. É fundamental fazer uma leitura da pauta racial conectada com o ambiente político que vivenciamos hoje. O que vimos, nesses últimos dias, não foi um golpe contra o PT, contra Dilma, contra Lula ou contra o governo federal. Costumo dizer que foi um golpe contra nós, contra a democracia e contra os avanços sociais que fizeram com que, hoje, eu estivesse na União Nacional dos Estudantes, como diretor de combate ao racismo, que estudasse Ciências Sociais na UFBA, e que estivéssemos ocupando este Plenário, aqui, agora.

Não é pouca coisa o que conquistamos nos últimos anos, com a CEPIR, criada em 2003; com o Estatuto da Igualdade Racial; com as cotas; com a Lei de Cotas nas universidades federais e nos concursos públicos. E essa elite quer, de fato, implementar um golpe contra nós, porque sente seus privilégios ameaçados, elas acham que seus privilégios são direitos, sendo que não são. E acham que nossos

direitos são privilégios. Quando entramos nas universidades, via cotas, acham que nós somos privilegiados, mas muito pelo contrário é fruto de uma política de reparação histórica que nós reivindicamos. São políticas afirmativas que reivindicamos, enquanto elemento central.

Então queria frisar que o momento é difícil, mas espaços como esse e agendas de enfrentamento, a essa tentativa de barrar os nossos avanços, são fundamentais e urge a necessidade de fazer mais e mais espaços de resistência.

Queria informar sobre ações que a diretoria de combate ao racismo da UNE tem feito nessa atual gestão, da qual faço parte. Uma delas é pensar a educação, o combate ao racismo não só nas universidades, nas instituições de ensino superior, mas também fazer um debate da violência. Tanto que lançamos a campanha Poderia ser Eu, campanha nacional de enfrentamento aos homicídios da juventude negra no País.

Compreendemos que por mais que hajam políticas que visem reduzir os alarmantes índices de violência no país – vide o plano Juventude Viva – não há uma política de estado que garanta que o Estado brasileiro se responsabilize por reduzir os índices alarmantes de violência. Recentemente houve a aprovação do relatório final da CPI da Violência contra jovens negros e pobres, em que encaminha uma série de projetos e medidas, dentre eles o PL 2.438, que visa reduzir para o padrão de um dígito a cada 100 mil habitantes o número de mortos no país, elucidar os crimes contra a vida, cerca de 80% dos casos e trazer políticas públicas para as periferias das cidades e reduzir a letalidade policial. É uma campanha que lançamos no Fórum Social Mundial e que teve um diálogo inicial com algumas autoridades. Lançamos também aqui em Salvador, durante o Carnaval um ato que inclusive coincidiu com o dia da chacina dos 12 mortos do Cabula. Fizemos essa ação, que é importante além de denunciarmos o momento político que vivemos. O atentado à democracia nos traz a necessidade de buscar o aprofundamento dessa democracia, que é uma democracia que convive com o auto de resistência, que é uma democracia que não é tão participativa assim e que tem limites. Mas temos que reivindicar a democracia e pautar mais avanços que contemplem o nosso povo negro.

Por fim, quero informar que a União Nacional dos Estudantes negros e negras da UNE, realizarão o 5º Encontro Nacional de Negros e Negras da UNE, cujos motes serão: Minha Presença te Incomoda? Conquistar direitos e afrontar o racismo. Acontecerá aqui em Salvador nos dias 29 e 31 de julho, cujos objetivos serão denunciar o racismo nas universidades e na sociedade e também ser um grande espaço de resistência a essa tentativa de barrar os avanços que o governo Temer tem tentado implementar desde o início de seu mandato ilegítimo. Ele acabou com a Secretaria de Mulheres, com o Ministério de Igualdade Racial e Direitos Humanos, que foi unificado no governo Dilma Rousseff.

Queremos chamar muito a juventude para construir uma resistência e mostrar que conquistamos direitos como: o Fies, com o ProUni, com as cotas. Estamos organizados para afrontar o racismo e lutar por mais avanços e democracia.

Fica o convite: 29 a 31 de julho, em Salvador/Bahia, será definida a universidade, talvez na Uneb. Com certeza contarei com a presença de todos.

Um grande abraço. Sigamos na luta em prol do empoderamento político do nosso povo!

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Concedo a palavra para a maior representante desta Mesa pela história de luta e pelo desenvolvimento do processo como um todo, Dr^a Matilde Ribeiro, ex-ministra e é diretora da Unilab.

A Sr^a MATILDES RIBEIRO:- Boa-noite a todos, agradeço o convite do deputado Bira Corôa por estar aqui.

A comemoração do Dia da África é uma comemoração em luta, considerando que o continente africano, embora com maior visibilidade no Brasil hoje, mas ainda segue visto como um continente escanteado. É possível verificar isso com a presença dos jovens africanos na Unilab. Temos cerca de 130 jovens africanos de países de língua portuguesa, cujas presenças causam estranhamento na cidade – embora São Francisco do Conde seja uma cidade eminentemente negra –, o africano em si traz um componente diferente que é estranho à cidade.

Temos a tarefa, além de educar dentro do espaço acadêmico, também de dialogar com a sociedade, com a cidade.

Quero também engrossar a reflexão sobre o momento político que estamos vivendo de muito enfrentamento à nossa capacidade de luta histórica – estou falando isso para mim mesma, mas coletivamente –, e temos que reagir, considerando o que construímos, enquanto movimento social, participando das instituições brasileiras não foi pouco nesse período, nessas duas últimas décadas por dentro das instituições.

Tive a oportunidade – esse é o resultado do meu doutorado –, de fazer uma avaliação das políticas de promoção da igualdade racial no Brasil, e o histórico vem trabalhando esse casamento entre a ação militante política e o aprendizado institucional. O deputado Bira citou isso no início, que nós éramos resistentes a estarmos por dentro das instituições e ainda somos. Mas aprendemos que é possível mudar por dentro, considerando a criação de leis, de normas, de procedimentos e acima de tudo de projetos e ações que interferem na vida da sociedade brasileira, favorecendo a população negra como, por exemplo, as cotas nas universidades, da Lei nº10.639 e tantas outras.

Falando um pouquinho da Unilab, é uma universidade nova, produto da luta dentro desse escopo das ações afirmativas e ela tem a sua sede no Ceará; e na Bahia, em São Francisco do Conde. Quero demonstrar um alerta, esse Governo Federal que não reconhecemos já mostra suas facetas, fecha embaixadas africanas do Brasil, trabalha minimização de projetos e programas que estavam em curso até então com dificuldades, como já citadas as políticas voltadas às comunidades quilombolas e às comunidades tradicionais. No que diz respeito à educação, temos que acompanhar precisamente sendo esse o tema da mesa denunciando e buscando garantias de direito, porque o retrocesso virá sob forma de minimização de programas. E aí falando da

Unilab, sendo essa universidade que promove a relação do Brasil com a África, ela poderá estar na linha de tiro de maneira direta. Então, deputado, estamos conversando há bastante tempo sobre o reforço, a existência dessa universidade aqui na Bahia. A Unilab é uma universidade federal que recebe africanos e brasileiros. Como disse, temos cerca de 130 africanos hoje e 200 e tantos brasileiros aqui na Bahia, no Ceará é muito maior porque é anterior a isso, tem 6 anos; aqui na Bahia, temos 2 anos. No ano passado fizemos uma audiência pública aqui nesta Casa com o apoio da secretária Vera Lúcia, da Sepromi aqui representada por Aílton, e muitas autoridades presentes.

Nesse momento, reconhecendo que a Unilab é uma universidade federal, entendo que temos que reforçar o diálogo com o Governo Estadual no sentido de que esse governo possa, em apoio a uma universidade federal, mantê-la viva. Nesse sentido tem uma demanda de um diálogo direto com o governador, mas é preciso também que possamos dialogar com as instâncias, com a Assembleia Legislativa, com a Sepromi em continuidade ao que estamos fazendo. A Unilab poderá ser um alvo de esvaziamento, isso não é compatível com o que estamos dialogando aqui, e não só a Unilab, as demais universidades públicas do Brasil, estou falando, em particular, a Unilab pela sua relação com o Continente africano e por ser nova, por não estar com as suas bases ainda consolidadas.

Nesse momento já precisamos de apoio, desde antes da instalação desse governo, que não reconhecemos, mas de agora por diante certamente precisaremos de maior apoio e maior diálogo.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- É bom destacar que a Unilab, apesar de 2 anos instalada na Bahia, ela consegue um dos feitos mais importantes para o avanço da saúde que é a implantação do curso de Medicina na Unilab.

O apelo feito pela diretora Matilde é importante para que a gente incorpore como de nossa responsabilidade, defesa da sociedade, garantir a permanência e estruturação da Unilab para que ela possa cumprir, além do que já vem fazendo, o papel social da educação, avançando também o ensino público no curso superior.

Nós tivemos uma audiência com a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia, fazendo um intercâmbio, visando a construir um termo de cooperação técnica entre a Bahia e a Unilab para viabilizar o curso de Medicina, que deve se iniciar no primeiro semestre de 2017.

É importante para todos nós.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Neste momento, concedo a palavra à deputada Fátima Nunes, para que ela também possa fazer suas considerações.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Boa-tarde a todos e todas.

Quero saudar o nosso presidente da sessão, esse brilhante parlamentar, o deputado Bira Corôa.

Hoje eu estou um pouco emocionada, vocês todos sabem disso.

Na pessoa do deputado Bira Corôa quero saudar, também, às demais autoridades da Mesa; em nome das mulheres, à nossa ex-ministra Matilde, pela qual temos grande consideração; saudar todas as religiões de matrizes africanas; à nossa juventude, homens e mulheres que neste dia recordam e celebram, mas marcam a sua posição de continuar na luta. Cada um de nós sabe contar a história dos nossos dias, mas também aquelas que nós fazemos no dia a dia através dos estudos, em livros e museus, por onde andamos, de acordo com os nossos interesses e com o nosso sonho de ter um Brasil mais justo, mais igual e com mais oportunidades. Por isso, quero parabenizar o nosso deputado Bira Corôa e revelar para as autoridades que estão aqui que, embora sendo uma simples mulher trabalhadora e lutadora do sertão, ao chegar aqui, a esta Casa, e participar da Comissão da Promoção da Igualdade, da qual fui presidente, busquei com o deputado e os seus assessores um aprofundamento sobre o racismo, a diferença e a discriminação.

Só depois disso, mesmo sendo descendente do negro Guilherme, meu pai, é que pude compreender mais profundamente a dimensão do que significou em nossa história a separação, humilhação e a escravidão. Hoje eu tenho uma força maior para tratar desses assuntos justamente no interior, porque por lá a história do coronelismo e do mandonismo, seja nas fazendas ou engenhos, em lugares onde a mão de obra foi escrava e muito humilhada, a história foi contada sempre pelo outro lado, como se só o branco, o mandante fosse o valoroso.

Isso aconteceu não com outras pessoas, mas comigo mesma. Eu não tinha dimensão de tudo isso. Isso é para dizer como é importante a nossa juventude e as nossas escolas, neste momento atual, aprofundarem mais o estudo, conhecerem, debaterem, como disse o nosso representante da Casa de Angola.

Minha mãe é uma retirante de Paripiranga, meu pai, um retirante do São Francisco. Ambos se encontraram em São Paulo, casaram-se e voltaram para morar em Paripiranga. Meu avô, que era um fazendeiro, ao olhar para minha mãe, filha querida, ele disse assim: “Eu pensei que você iria trazer um marido, você trouxe um negro”, como se negro fosse aquela coisa...

Olha, eu só tenho 63 anos, portanto, a escravidão, a lei, a mudança já parecia ter acontecido, mas, na verdade, nas almas, nos corações, nos sentimentos nada havia mudado.

E essa mudança, essa alteração de atitude, de comportamento, esse jeito de olhar para a sociedade de cor negra, de matriz africana, de outro país, precisa ser alterado, e muito. Porque, agora, exatamente nesse momento do golpe, a gente pode ver a mesma atitude do meu avô naquele tempo: saca a caneta e aqui não fica negro nenhum. Estupidez! Governo que não reconhecemos.

E a gente disse várias vezes durante esse processo que não vai ter golpe, vai ter luta. E agora, realmente, a gente está dizendo que agora, sim, agora, realmente, é luta! Vamos em frente! (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Muito obrigado, deputada Fátima Nunes.

Digo sempre que a gente aprende a cada dia com a senhora. Obrigado pela dádiva de colocar que é um aprendizado contínuo. E a senhora é uma prova concreta de uma capacidade e um acúmulo de experiência que nos enriquece a cada vez que participa de nossas ações.

(Não revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Quero registrar que a deputada Maria del Carmen, sempre presente em nossas ações, em nossos temas, em nossas atividades, comunicou que está com dificuldades para se fazer presente no dia de hoje, pois participa de uma audiência fora de Salvador, cumprindo ações de seu mandato. Mas nos mandou um forte abraço e pediu que registrasse que não em matéria, mas em força e espírito está presente conosco, reafirmando esse momento e essa data histórica que já consta dos Anais desta Casa. Neste momento, passo a palavra ao major Élcio, que neste ato representa o Comando-Geral da Polícia Militar do Estado da Bahia.

O Sr. MAJOR ÉLCIO:- Boa-tarde a todos.

Gostaria de saudar todos em nome do Exmº Sr. Coronel Anselmo Alves Brandão, que não pôde estar presente devido a uma agenda assoberbada como líder, como chefe dessa instituição importante que é a Polícia Militar do Estado da Bahia. Saudação especial ao deputado Bira Corôa.

É a segunda vez que faço parte desta Mesa. Como capitão, tive a oportunidade de comemorar na Mesa um evento como este, o Dia de África, e meu grande amigo, o Sr. Aílton Ferreira...

Pessoal, eu gostaria de fazer um recorte histórico rapidamente, usar o mesmo método do nosso deputado Bira Corôa e fazer um recorte de 1964, quando algumas forças militares no Brasil já se preocupavam com o que poderia acontecer com algumas tendências socialistas, que também se manifestavam e já se organizavam para participar, para gerir, para entender a máquina do Estado e, talvez, até já ter um presidente.

Naquele momento foi criada a Inspetoria Militar do Exército. Quando ela foi criada, todos os comandantes-gerais da Polícia Militar se tornaram oficiais do Exército Brasileiro. A partir daí, toda uma série de regulamentos, normas, ritos foi acolhida pelas polícias militares. Vários segmentos daquela época, que lutavam, que reivindicavam a melhoria de sua condição de vida, dentre eles o próprio segmento negro, a própria parcela negra da sociedade, que sofreu, é claro, com algumas intervenções.

A instituição policial militar sempre – naquele momento histórico, contextualizando a orientação política do momento – seguia aquele modelo de líder branco e macho perfeito, que detinha a condição de governante desse País. E hoje ela olha para si e sabe que errou demais com esse segmento: errou quando invadiu terreiros, seguindo inclusive ordenamentos jurídicos que proibiam o culto de religião de matriz africana; errou quando proibiu manifestações culturais, a exemplo da própria capoeira. E hoje ela faz um esforço hercúleo para se adaptar ao novo

momento.

A Carta, a Constituição de 1988, veio e as instituições brasileiras devem se adaptar a uma série de dispositivos garantidores de direitos fundamentais. Direitos esses que, sem eles, a pessoa não pode sentir sua condição de humanidade. Então, a instituição teve que se adaptar. Ela vem se adaptando, vem fazendo um esforço hercúleo, vem mudando. Um desses exemplos que a Polícia Militar da Bahia traz é o próprio Nafro: a religião de matriz africana, o Núcleo Maria Felipa, que cuida de questões de gênero e, em especial, as que são ligadas à mulher negra, porque temos um segmento negro muito expressivo de mulheres em nossa tropa.

E nesse momento de pacto pela vida, as próprias bases comunitárias de segurança se adaptam, estudam uma forma menos danosa de atender à necessidade de segurança pública de comunidades, que, devido a um processo de segregação sócio-espacial, ocuparam espaços e muitos deles não são dotados ou assistidos por políticas públicas e urbanísticas sérias. Hoje estamos com uma série de projetos e intervenções sociais dentro desses espaços como forma de prevenção à violência, como o Karatê do Saber, o projeto Primeiro Som, o projeto de boxe, formando atletas.

Esses segmentos são ocupados por maioria negra, maioria de matriz africana. É como falo a essas comunidades, que tenho orgulho de servir, passando por Nordeste de Amaralina, Paripe e, agora, Valéria: queremos uma juventude forte, uma juventude livre do tráfico de drogas, que para mim é um dos grandes desafios da sociedade brasileira hoje. Ele se arraiga nessas comunidades, coopta nossos jovens, que nesse momento se enfraquecem, e não queremos isso.

Queremos jovens fortes, saudáveis, com capacidade de estudar, alçar voo, idealizar e serem líderes militares, líderes políticos, médicos, advogados. Senhores, é uma relação extremamente individualista e egoísta a que esses segmentos do tráfico travam com a nossa juventude afrodescendente nesses espaços. Esses espaços que são frutos dos movimentos de invasão, que, a partir de um processo de segregação socioespacial, que veio com a urbanização de Salvador, através do projeto Mário Leal Ferreira – tirou nossa sociedade, nossa população de espaços que ocupavam antes e, simplesmente, fez com que ela ocupasse outros espaços que ainda são carentes de intervenções significativas, hoje, na área urbanística.

Então, é difícil fazer polícia sem tratar do assunto segregação socioespacial. É difícil fazer polícia sem fazer com que um jovem oficial ou jovem policial entre em Fazenda Coutos ou no Nordeste de Amaralina sem refletir por que aquelas pessoas de maioria afrodescendentes estão ali. É necessário fazer essa reflexão.

Eu tenho a oportunidade de participar de um programa de combate ao racismo institucional e venho lutando, com o major Paulo Peixoto e a capitã Denise, comandante da Ronda Maria da Penha, no sentido de produzir um conteúdo programático capaz de contextualizar o futuro policial – quer seja policial, quer seja praça – acerca dos problemas brasileiros.

Cada problema brasileiro – de moradia, urbanismo, questões de gênero, menores de maioria afrodescendente nas ruas – atingem a comunidade negra de forma diferente: mais danosa, mais contundente.

Queremos, hoje, um policial capaz de fazer o balanceamento entre uma intervenção policial técnica e uma visão social sensível, capaz de textualizar, buscando formas criativas de minimizar conflitos gerados pelas diferenças sociais que assola nossa sociedade.

Então é essa a minha contribuição. Espero que tenha, através dessas palavras, trazido até vocês as intenções da nossa corporação, os desafios que a nossa corporação vem enfrentando para que ela se prepare para um futuro valoroso, de bem servir a nossa sociedade e o nosso povo de forma isonômica, igualitária, sem qualquer tipo de diferença ou discriminação.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Obrigado, Major Elson.

Aproveito para comunicar que, ao término desta atividade, será concedido um certificado, já que temos vários estudantes, aqui, hoje, de escolas públicas, referencial que atende a Lei 10.639. É uma forma de provocarmos a implantação da Lei 10.639, como essencial da transformação e construção dessa sociedade.

Concedo a palavra ao representante da Secretaria da Promoção da Igualdade do Estado da Bahia, representando também o governo do Estado da Bahia, através do governador Rui Costa, Ailton Ferreira.

O Sr. AILTON FERREIRA:- Boa-tarde a todos, quero cumprimentar a Mesa, a Sr^a Lenildes Pereira dos Santos, da Casa do Benin, da qual somos parceiros; o irmão Camilo Afonso, da Casa de Angola e adido adjunto aqui no Brasil; nossa amiga, companheira, professora e ministra Matilde Ribeiro, que dirige a Unilab, instituição importante nesse intercâmbio Brasil/África entre países de Língua Portuguesa; cumprimento a minha irmã, com quem troco a bênção, somos da mesma nação Ketu, ela do Cobre e eu da Casa de Oxumarê, Lindinalva Barbosa, sua bênção, respeito; o companheiro e irmão major Elson, daqui a pouco farei um registro sobre nós dois; o Rodger Richer, que conheci no Carnaval durante a gravação do filme Poderia ser Eu – ele já me falou que o vídeo está pronto, retardou o lançamento por causa das passeatas e caminhadas contra o golpe, mas vai sair.

Cumprimento também o parceiro e amigo deputado Bira Corôa, que aqui nesta Casa preside a Comissão da Igualdade Racial; a deputada Fátima Nunes, trago também um abraço, V.Ex^a é uma deputada do povo, eleita pelo povo, sem comprar voto, sem corrupção, sem coisa errada. Vi na campanha dela, deputado Bira Corôa, as mulheres de Paripiranga pintando as camisas, fazendo lembrancinhas para comercializar em de busca de fazer o dinheiro da campanha. A própria comunidade fazendo isso é um exemplo de que precisamos de deputadas como ela. Não rasgar o título, ou votar nulo, ou dizer que não se faz mais política. (Palmas)

Depois de saudar a Mesa, faço agora um registro curioso desta noite de quinta-feira, 19 de maio, dia de celebração africana que não é de comemoração, mas de reflexão e luta. É celebração na medida das nossas existências e dos nossos fazeres,

mas temos muito o que fazer pela frente.

Aqui, hoje, estou representando a secretária de Promoção da Igualdade Racial, Sr^a Vera Lúcia Barbosa, que teve de viajar às pressas, hoje de madrugada, para o sepultamento de uma liderança do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, em Porto Seguro. Foi uma correria, saltando de um carro e pegando outro para viajar nessa madrugada, já que ela é liderança do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

Então estou aqui, homem negro da periferia, da Fazenda Grande do Retiro, da Liberdade, representando também o governo do Estado da Bahia, o governador Rui Costa. Na outra ponta lá está o major Elson, outro homem negro, do Alto das Pombas, representando o Alto Comando da Polícia Militar do Estado da Bahia, o comandante-geral da PM.

Para quem não sabe, talvez Lindinalva saiba, o major Elson, que agora representa o comandante, é filho da nossa irmã Zildete, do Alto das Pombas, das lutas das mulheres, das lavadeiras, da Associação de Moradores, (palmas) do trabalho com o Padre Confa, no CEAS, anos atrás, para fundar, junto com Bitonho e Fernando Conceição, o Movimento de Defesa dos Favelados. Ele também é irmão de Targi, outra militante da Biko, da antropóloga Tainá, militante também, e da companheira Ritinha, de muitas lutas no Alto das Pombas. Então estamos bem acompanhados, não é à toa que você está sentado nesse lugar, sua família é toda de luta, é guerreira no Alto das Pombas, bairro de periferia de Salvador.

Eu trouxe aqui, deputado, já que o tema é Educação e a Década, algumas informações da Secretaria da Igualdade Racial, que são tarefas transversais da Sepromi, claro, mas com secretarias outras: Educação, Saúde e Segurança.

Faço também um registro de que hoje é o aniversário de nascimento de Malcolm X, um negro líder dos Estados Unidos, que defendeu os direitos humanos da comunidade negra. Ele merece uma salva de palmas. (Palmas)

A Sepromi assinou recentemente, com a Secretaria de Administração do Estado, um termo de cooperação para participar da universidade corporativa. Essa universidade corporativa, deputado, prepara e forma lideranças e servidores públicos do Estado para atender a diversidade. A Sepromi agora participa dessa formação, participa dessa universidade, trazendo a variável racial e o combate à intolerância religiosa para preparar um número maior de servidores públicos do Estado.

Esse termo e essa parceria foram consolidadas anteontem, dia 17, numa audiência na Procuradoria-Geral do Estado, na qual o deputado esteve presente, e lá reunimos 150, 160 dirigentes do Estado, secretários de Estado, para colocar a pauta racial, a pauta de combate à intolerância no dia a dia das nossas organizações, da nossa estrutura.

Não adianta o movimento forçar o Estado para que ele se abra e se permita, Mãe Lia, atender às demandas da diversidade, se as cabeças dos gestores e das pessoas que dirigem as estruturas continuam do mesmo jeito. Não adianta o governador Rui Costa construir prédios bonitos de vidro fumê, de mármore, se as

peças que estão ocupando esses prédios continuam tratando mal a comunidade negra, a comunidade indígena, a comunidade LGBT, o povo de terreiro. É importante que tenhamos prédios bons e, melhor ainda, servidores e gente para tratar com gente, e a nossa gente é diversa.

Só que o Estado não foi feito para isso, o Estado não foi feito para nós, o Estado não foi feito para povo de terreiro, não é isso, Evilásio, e temos de forçar esse Estado para que ele aprenda a entender como tratar todo mundo com respeito e dignidade. Com isso tentamos combater o racismo institucional.

Esse seminário foi agenda do nosso grupo de trabalho. Em setembro de 2015 o governador Rui Costa assinou um decreto em que a Bahia aderiu à década do afrodescendente. A Bahia aderiu à pauta e às ações da década internacional estabelecida pela ONU. Foi criado um grupo de trabalho com 11 secretarias de Estado para tocar essa agenda da década.

Estamos nos reunindo, e o importante dessa reunião é colocar secretários não só servidores do escalão menor, mas colocar os secretários, os gestores, a cúpula da segurança pública, da saúde pública, da educação, para entender, para que possamos melhorar a estrutura. Nós não somos o problema, nós somos a solução. Se o Estado aprender a cuidar de nós, deputada, aprende a cuidar de mais gente. Quando as cotas foram vitoriosas, as universidades ficaram mais democráticas. A gente ajuda a resolver o problema. O negócio é que a elite tem medo da gente.

Agora, por exemplo, a medida provisória 726, prestem bem atenção, 726, o deputado falou rapidamente, faz uma série de alterações. O governo Temer, governo golpista, tira do papel da missão do Incra a regulamentação das terras quilombolas, e coloca no Ministério da Educação e Cultura. Já extinguiu o Ministério da Cultura e colocou no MEC, tudo junto, no mesmo modelo do governo Figueiredo, da ditadura militar. Voltamos a ter o MEC, o Ministério da Educação e Cultura.

Se alguém aqui já passou dos 50 e tem um dicionário daqueles que a gente tinha na escola, naquele papel mais barato, verá lá, MEC, ministro Jarbas Passarinho, presidente João Batista de Oliveira Figueiredo. Voltamos àquele tempo, infelizmente. Parte dessa elite não gosta de nos ver quando se olha no espelho, quer se ver sem a gente. Por isso, está tirando as políticas que foram feitas, nos últimos 12, 15 anos, para atender o povo negro. Além disso, além do que eu falei do grupo, o governador Rui Costa também publicou, em parceria com as secretarias e com a coordenação da Sepromi, a Carta da Década. Nessa Carta da Década há 10 pontos fundamentais que o governo da Bahia observará até completar 10 anos. Aí, deputado Bira Corôa, quando completar 10 anos, será exatamente quando completarmos também os 200 anos de independência da Bahia. Então, quando completarmos os 200 anos de independência da Bahia, que consolidou a independência do Brasil, estaremos completando a década do afrodescendente. E aí a gente quer estar diferente!

Então, a nossa missão é, nesses 10 anos, construir mais políticas, integrar mais gente, incluir mais gente, diminuir as desigualdades e, principalmente, as desigualdades que são provocadas pela etnia, pela origem, pela cor da pele, pelo lugar que mora. Estamos caminhando, mas ainda não chegamos a essa plenitude.

A Sepromi tem também, deputada Fátima Nunes, deputado Bira Corôa, a Caravana da Igualdade – deixei uma cópia com o senhor –, que permite diálogos formativos. Esses diálogos são trabalhados, são realizados com as prefeituras e com as escolas municipais. Vou dizer aqui as cidades onde já aconteceu: Cachoeira, Maragogipe, Nova Soure, Juazeiro, Feira de Santana, Porto Seguro, Paulo Afonso, Conceição do Coité, Formosa do Rio Preto, Uruçuca, Jequié, Palma de Monte Alto, Irecê, Conceição da Feira, Barra, Vitória da Conquista e Boa Vista do Tupim. Vamos fazer mais! Essas caravanas, que são formadas por servidores que atuam na Sepromi, na educação do Estado e em outras áreas, vão para as escolas dialogar com os professores, com o corpo técnico, com a comunidade escolar para falar de intolerância.

Darei um exemplo rápido para a gente entender a complexidade. Em Maragogipe, um jovem gay foi violentado, agredido por um colega, e a diretora, quando foi chamada para conversar, disse-nos, na frente da mãe do jovem: “Quem mandou ele ser assim?”. Ou seja, o culpado é o jovem gay que foi agredido. A diretora falou isso! Isso é racismo institucional! Isso tem a ver com as crenças, tem a ver com os valores, tem a ver com o que nós aprendemos desde pequenos. Mandela diz o quê? Que “ninguém nasce racista, a gente aprende”. Se aprendemos, podemos desaprender.

Qual o papel que temos de desempenhar? Temos de fazer esse novo aprendizado; temos de jogar fora o que está na cabeça e não presta mais e colocar coisas novas. Se a gente não jogar o que não presta fora, não fica lugar para colocar as coisas novas. Então, a homofobia, as posturas preconceituosas, a intolerância religiosa, o racismo, a dificuldade em aprender a conviver com a diversidade, respeitando sem subordinar as diferenças, têm de ser jogados fora, para que possamos aprender. Esse é o papel do Estado, é o papel da Secretaria da Igualdade Racial, transversalizando com outras secretarias.

Pedindo até licença à professora Matilde e à professora Lindinalva, trouxe umas informações aqui não como aula, mas para fazermos uma troca. Há a Lei nº 10.639/2003, a qual foi sancionada pelo presidente Lula antes do Estatuto da Igualdade, que trata dos ensinamentos, dos estudos africanos, da literatura nas escolas públicas e privadas. Essa lei modificou a LDB – Lei de Diretrizes e Bases. Está lá, a gente tem de fazer isso. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre história e cultura afro-brasileira. O conteúdo programático desse artigo incluirá o estudo.

(Lê): “O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas da Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Art. 79-B O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra.”

Infelizmente, deputado Bira Corôa, como servidor público, como gestor, lamento que grande parte das escolas da Bahia não realizem, ainda, na sua plenitude. Tem escolas da Bahia, daqui de Salvador, vou citar uma: Escola Carlos Marighella, do Estado, no Stiep. Estive lá, nada. Tentei convencer a colocar um mural com a biografia de Zumbi, e nada.

Precisa da ação da Comissão de Educação da Assembleia, precisa da ação da Comissão de Igualdade Racial da Assembleia, e precisa, sobretudo, da nossa ação, da ação de vocês. Misturo nossa, porque às vezes fico pensando que sou sociedade civil, porque como sou de lá, ocupo cargo e não esqueço. Mas nós precisamos, vocês todos: mobilizar; cobrar; visitar as escolas; provocar a gente que está na gestão; reclamar; chutar o pau da barraca, como se fala no popular, para que as escolas coloquem isso.

O presidente Lula fez a lei, mas ele não vai para a sala de aula dar aula. A gente precisa dizer, e aproveitar a oportunidade da chegada do novo secretário de Educação, e já fazemos uma pauta – com o deputado Bira Corôa, com essa Mesa que está aqui – sentar com o governador, sentar com a Sepromi e começar a cobrar, senão não acontece. Não cairão do céu as coisas para nós, como nunca caíram.

Agradeço em nome da secretária Vera Lúcia Barbosa, agradeço em nome do governo do Estado, governador Rui Costa. O Estado está tentando melhorar, cumprir com a tarefa na gestão, fazer as coisas acontecerem, mas precisamos de mais apoio e mais cobrança. É a pressão popular, é o movimento dos grupos de pressão que fazem a democracia ser empurrada para frente. É assim que funciona: o banqueiro vai cobrar; o agronegócio vai cobrar; os donos de ônibus vão cobrar. E a gente, povo negro; povo de santo; mulher negra; educadores negros; quilombolas; indígenas, temos de cobrar e pressionar o deputado; a deputada; os parlamentares; o governo; as estruturas, porque não foram feitos para nós.

Com um pouquinho de democracia nos últimos 10 anos, tem gente se incomodando, achando que o nosso direito é privilégio e que os privilégios deles são os direitos que sempre tiveram. É assim.

O Brasil foi feito dessa forma: uma parte chegou só para mandar e nós outros só para obedecer. Quando a gente tenta equilibrar o jogo, o pessoal diz: “Vocês estão querendo dividir o Brasil?”. O Brasil não foi dividido, não está dividido. Está, sim, mas não fomos nós que dividimos, quem dividiu foi a elite, os racistas. Sempre teve cotas para empresários, cota para os europeus que vieram – notadamente, na década de 30 – para embranquecer o Brasil, para ocupar os espaços da indústria, do ciclo econômico brasileiro. Para toda essa gente foram feitas cotas, com implementos agrícolas, com incentivos fiscais, com terras no Sudeste e no Sul.

É por isso que o Sudeste e Sul são desenvolvidos, é por isso que o Norte e Nordeste vivem na pobreza. Não é perversidade divina, é porque houve uma escolha. A pobreza do Nordeste e do Norte foi uma decisão do Estado brasileiro. A riqueza do Sul e do Sudeste foi uma decisão do Estado brasileiro. Os brancos são ricos, e muitos deles que vieram de fora, tiveram os investimentos e apoio do governo brasileiro,

dentro da ideologia do embranquecimento.

Quando falamos em democratizar a universidade, alguns falam em privilégios. Não é bem assim, não é privilégio. Temos direito de consertar o Brasil, até porque não somos os filhos ruins, somos os bons. Se tem bons filhos, somos parte deles. Se tem salvação, nós somos parte dela. Se não fossem os nossos terreiros, se não fossem nossas casas, se não fossem nossos pais e mães antigos, a barbárie seria maior.

Se não fossem os terreiros, o meio ambiente estaria pior, as crianças estariam piores, os idosos estariam piores, porque quem nos ensinou o tempo todo a respeitar a adversidade, o meio ambiente, os idosos e as crianças não foi o Estatuto, foram os terreiros. Nós aprendemos a respeitar os mais velhos e a natureza nos terreiros. Se não fossem os terreiros para curar as doenças... O SUS chegou bem depois, bem como os planos de saúde, quem primeiro salvou o povo brasileiro foi a nossa cultura, a nossa medicina, foram as plantas, as ervas, os banhos, a água, o mato.

Então, se tem gente que entende de sobrevivência, deputada Fátima, é o povo negro, porque a martelada foi para fazer a gente desaparecer, mas não deu certo. A gente está aqui.

Viva a África! Viva Zumbi! (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Normalmente, em sessões especiais, concedemos a palavra a algumas pessoas do Plenário. Mas hoje vou ter de pedir desculpas a todo o Plenário, pois o tempo foi além das expectativas e ficamos sem condição de fazer isso. Antes de mais nada, quero agradecer a presença de todos e todas. Agradeço a contribuição dada por todos e todas que representaram esta Mesa, mas, em especial, a essa juventude. Devo dizer aos jovens que vocês têm uma tarefa que não é pequena. Eu estava comentando com Lindinalva que nós, na nossa juventude, nos doamos a um processo de luta, e esta Mesa, como diversas outras que têm sido montadas nas últimas duas décadas, foi montada levando-se em conta a expressividade de pessoas que lutaram na juventude e que deram uma contribuição em prol desta sociedade na qual acreditamos.

Todos e todas aqui começaram essa luta na juventude acreditando em sonhos distantes, muito distantes na época, mas que hoje alguns deles se tornaram grandes realidades.

Antes de encerrar, quero convidá-los para um breve coquetel aqui do lado. E também lembro dos certificados que serão oferecidos.

Pois bem, chamo essa juventude para a necessidade de se continuar na luta, nesse processo de resistência, de inclusão e, acima de tudo, de fortalecimento das instituições. Seja nos segmentos estudantis – grêmios, DCEs, Das –, seja nas entidades representativas de classe – trabalhistas ou sociais –, seja no convívio do cotidiano. O jovem que não disputa o seu espaço, o jovem que não vai buscar, através do conhecimento, da participação, o seu crescimento, torna-se um jovem abatido pelo processo.

É importante registrar que também são nossas a indignação e a bandeira de luta para garantir o crescimento dessa juventude e o direito de ela ter opções, orientações e escolhas. Quando digo isso é porque defendemos uma sociedade livre das repressões e das discriminações. Buscamos uma sociedade em que o machismo não impere, em que os gêneros tenham iguais direitos, respeito, responsabilidade e inclusão.

Que o Congresso Nacional brasileiro e o Ministério não sejam representados apenas pela figura masculina, como assim está desenhado, apresentado e proposto. Que homens e mulheres não sejam discriminados pela sua escolha religiosa. Que as pessoas não sejam discriminadas por sua orientação sexual; por terem uma deficiência; que não sejam excluídas pela idade avançada; e muito menos que sejam eliminadas ou exterminadas por serem jovens negros.

Então, esta é sociedade que nós buscamos, ou seja, uma sociedade que contemple a todos e a todas independentemente da epiderme, da etnia e das escolhas pessoais. Sob o contexto de um Estado laico e da nossa Constituição, que diz que todos são iguais perante a lei, precisamos exigir que essa lei nos trate como iguais, que nos ampare e nos puna quando necessário, mas que não apenas nos trate como marginais.

É preciso que possamos convencer o outro. Mas é mais importante que possamos mudar a nossa própria história, desenhando e editando a história na condição de seu protagonista.

Antes de encerrar, quero agradecer a Mãe Elenice de Oxum, que não pôde estar presente, mas nos acompanha pela *TV Câmara*. Ela manda dizer que se sente representada pela presença de Mãe Lia e envia um forte abraço. É mais uma prova de que, mesmo não estando aqui, as pessoas estão acompanhando as atividades do Poder Legislativo estadual.

Em nome do Poder Legislativo da Bahia, agradeço a presença das autoridades civis e eclesiásticas, das Sr^{as} Deputadas, dos Srs. Deputados, da imprensa, de todas e todos aqui representados e dou por encerrada a presente audiência. (Palmas)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.